



LEI Nº 1.625, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Estabelece a política Municipal de proteção dos direitos da pessoa portadora do Transtorno do Espectro Autista – TEA no Município de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída, no Município de São Miguel dos Campos, a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa Portadora do Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Parágrafo Único – A Política Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras do Transtorno do Espectro Autista é voltada a pessoas com transtorno autista, síndrome de Asperger, transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação e síndrome de Rett.

Art. 2º - São diretrizes da Política Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras do Transtorno Autista:

- I – Prestar apoio social e psicológico às famílias de pessoas com TEA;
- II – Promover campanhas de esclarecimentos à população no tocante às especificidades do TEA, especialmente nas escolas;
- III – Incentivar a comunidade a participar da formulação de políticas públicas específicas voltadas às pessoas com transtorno do espectro autista no Município de São Miguel dos Campos/AL;
- IV – Proporcionar atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional, o acesso a medicamentos e alimentação adequada;
- V – Estimular a inserção da pessoa com TEA no mercado de trabalho;
- VI – Promover formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com TEA, bem como a pais e responsáveis;
- VII – Garantir transporte público adequado para pessoas com TEA, responsabilizando-se por disponibilizar informações e esclarecimentos sobre autismo aos profissionais do transporte público e escolar.

Art. 3º - São direitos da pessoa portadora do Transtorno do Espectro Autista, sem prejuízo aos outros direitos previstos na legislação vigente:

- I – A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II – Proteção contra qualquer forma de abuso, exploração, violência ou discriminação;
- III – Acesso as ações e serviços de saúde, visando à atenção integral às suas necessidades;
- IV – Acesso:
 - a) À educação básica e ao ensino profissionalizante;